

Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A.

CNPJ/MF nº 18.810.553/0001-75

Relatório de Administração

Prezados Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A., levantadas em 31/12/2018, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. A Administração esclarece que o objeto da Sociedade contempla as atividades de: a) concessão de financiamentos e prestação de garantias a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, contemplando as seguintes atividades: i) aplicação de disponibilidades de caixa no mercado financeiro, inclusive em depósitos à vista ou em depósitos interfinanceiros, observadas eventuais restrições legais e regulamentares específicas de cada aplicação; ii) aquisição de créditos concedidos em conformidade com seu objeto social; iii) cessão de crédito, inclusive a companhias securitizadoras de créditos financeiros, na forma da regulamentação em vigor; iv) obtenção de repasses e empréstimos originários de instituições financeiras nacionais e estrangeiras, entidades nacionais e estrangeiras voltadas para ações de fomento e desenvolvimento, incluídas as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e fundos oficiais; v) captação de depósito interfinanceiro vinculado a operação de microfinanças (DIM); b) Atuar na prestação de serviços de intermediação na obtenção de empréstimos para outras instituições financeiras. Desde já, informamos que se encontra disponível aos Srs. na sede social, na Av. Governador Agamenon Magalhães, 4775, Andar 9º, Edif. Empresarial Thomas Edson, Boa Vista, Recife, PE, os referidos demonstrativos financeiros. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. Recife, 11/02/2019.

Balanço Patrimonial em 31/12/2018 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2018	31/12/2017
Circulantes	95.211	96.698
Disponibilidades	2.757	5.293
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	2.000
Instrumentos financeiros derivativos	8.835	-
Operações de crédito	80.882	86.156
Empréstimos e títulos descontados	90.280	91.905
(-) Prov. para créditos de liquidação duvidosa	(9.398)	(5.749)
Outros créditos	2.737	3.249
Créditos tributários	1.436	1.875
Diversos	1.301	1.374
Não Circulante - Realizável a Longo Prazo	1.439	1.311
Operações de crédito	521	368
Empréstimos e títulos descontados	550	368
(-) Prov. para créditos de liquidação duvidosa	(29)	-
Imobilizado de uso	918	943
Outras imobilizações de uso	2.073	1.761
(-) Depreciações acumuladas	(1.155)	(818)
Total dos Ativos	96.650	98.009

Passivo

	31/12/2018	31/12/2017
Circulantes	72.951	64.866
Obrigações por empréstimos e repasses	70.017	61.495
Outras obrigações	2.934	3.371
Cobrança e arrecadação de tributos	54	57
Sociais e estatutárias	-	387
Fiscais e previdenciárias	1.016	1.089
Diversas	1.864	1.838
Não Circulante - Exigível a Longo Prazo	1.237	7.712
Obrigações por empréstimos e repasses	-	6.736
Outras obrigações	1.237	976
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.237	963
Diversas	-	13
Patrimônio Líquido	22.463	25.431
Capital social	19.000	19.000
Reservas de lucros	3.462	6.431
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	96.650	98.009

Demonstração de Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31/12/2018 (Em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.969)	2.907
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação	368	237
Resultado na baixa de ativo imobilizado	13	54
Imposto de renda e contribuição social diferidos	438	(792)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.766	11.720
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	274	82
Juros e variação cambial sobre empréstimos e repasses	15.841	7.134
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Instrumentos financeiros derivativos	(8.335)	-
Operações de crédito	(7.645)	(6.181)
Outros créditos	74	2.304
Outras obrigações	66	2.519
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Captação de empréstimos e repasses	67.893	42.386
Amortizações de empréstimos e repasses	(2.623)	(7.129)
Juros pagos	(129)	(1.948)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.793)	3.420
Caixa Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades Operacionais	(3.793)	3.420
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(356)	(216)
Caixa Aplicado Nas Atividades de Investimentos	(356)	(216)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(387)	(345)
Caixa Aplicado Nas Atividades de Financiamento	(387)	(345)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.536)	2.859
Início do exercício	7.293	4.434
Fim do exercício	2.757	7.293
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.536)	2.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31/12/2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas da Intermediação Financeira	52.042	50.243
Operações de crédito	42.758	49.701
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	126	363
Operações com aplicações interfinanceiras de liquidez	323	179
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8.835	-
Despesas da Intermediação Financeira	(28.607)	(18.854)
Operações de empréstimos e repasses	(6.560)	(7.134)
Resultado de operações de câmbio	(9.281)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.766)	(11.720)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	23.435	31.389
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(25.966)	(27.100)
Receitas de prestação de serviços	9.344	9.227
Despesas de pessoal	(21.419)	(21.483)
Despesas tributárias	(2.638)	(3.070)
Outras despesas administrativas	(11.253)	(11.774)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	(2.531)	4.289
Imposto de Renda e Contribuição Social	(438)	(1.382)
Correntes	-	(2.174)
Diferidos	(438)	792
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(2.969)	2.907
Lucro líquido (prejuízo) por mil ações de capital social - R\$1,00	(0,16)	0,15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31/12/2018 (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros			
	Capital Social	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	19.000	237	3.674	22.911
Lucro líquido do exercício	-	-	2.907	2.907
Constituição de reserva legal	-	145	(145)	-
Dividendos propostos	-	-	(387)	(387)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	2.375	(2.375)	-
Saldos em 31/12/2017	19.000	382	6.049	25.431
Prejuízo do exercício	-	-	(2.969)	(2.969)
Amortização de prejuízos acumulados	-	-	(2.969)	(2.969)
Saldos em 31/12/2018	19.000	382	3.080	22.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para o exercício findo em 31/12/2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(2.969)	2.907
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(2.969)	2.907

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras de 31/12/2018 (Em Milhares de Reais)

1. Informações Gerais. A Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A. - FINSOL SCMEPP S.A., (Sociedade), foi constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, em 28/08/2013, obtendo a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil - BACEN em 08/08/2013. A Sociedade iniciou sua operação com microcrédito em 1º/02/2014 e possui atualmente 30 postos de atendimento em 5 estados na região Nordeste. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras da Sociedade estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consideram as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, adaptadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e possuem como moeda funcional e de apresentação o Real (R\$). **3. Aplicações interfinanceiras de liquidez.** São registradas pelo custo mais os rendimentos auferidos até a data do balanço. Em 31/12/2017, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em depósitos interfinanceiros remunerados por um percentual do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. Não existiam aplicações dessa natureza em 31/12/2018. **4. Operações de crédito.** As operações de crédito estão compostas por empréstimos, na modalidade de microcrédito produtivo e orientado a pessoas naturais no desenvolvimento de suas atividades. As operações de crédito são demonstradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos de forma "pro rata die", com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações vencidas até 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, sendo reconhecido somente quando do seu recebimento. A PCPLD é constituída levando em consideração o maior valor entre os parâmetros mínimos da resolução nº 2.682/1999 do BACEN e 100% do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias e considera o maior risco entre as operações ativas do mesmo cliente. A composição da carteira e da PCPLD por vencimento estão apresentadas a seguir:

Risco	Vencimento (dias)	31/12/2018		31/12/2017	
		Carteira	PCPLD	Carteira	PCPLD
A	A vencer	75.593	(378)	75.647	(378)
B	Até 14 dias	2.402	(24)	5.059	(51)
C	15 a 30 dias	2.040	(61)	3.339	(100)
D	31 a 60 dias	1.368	(137)	2.480	(248)
E	61 a 90 dias	1.074	(322)	1.540	(462)
F	91 a 120 dias	739	(370)	1.444	(722)
G	121 a 150 dias	699	(489)	1.294	(906)
H	Mais de 180 dias	6.915	(6.915)	1.470	(1.470)
Subtotal		90.830	(10.226)	92.273	(4.337)
PCPLD adicional			(731)		(4.142)
Total		90.830	(9.427)	92.273	(5.749)

Durante o exercício de 2018 a Sociedade efetuou cessão de créditos oriundos de sua carteira de operações de crédito sem coobrigação no valor total de R\$1.938 (2017: R\$5.581), remunerados a uma taxa de 6,5% do valor contábil, gerando uma receita de R\$ 126 (2017: R\$363). Os créditos cedidos referem-se a operações totalmente provisionadas, ou seja, vencidas há mais de 180 dias. **5. Imobilizado.** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação linear e de qualquer perda não recuperável acumulada. **6. Empréstimos e repasses.** São inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que ao final do exercício o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados no resultado do exercício. Os empréstimos e repasses são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para nossa Opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver a ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife, 11/02/2019. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - RC ZSP000160/O-5. Vinícius Ferreira Brito Rêgo - Contador CRC 1BA024501/O-5

Diretor
Marcello George de Melo Pinto
Valdi de Araújo Dantas
Joaquim Rodrigues de Oliveira Júnior
Velasquez Nunes de Paula

Contador
Carlos Alberto Pereira Neto - CRC-PE: 025564/O-5